

**TUTELA PROVISÓRIA INCIDENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM
AGRAVO 1.054.490 RIO DE JANEIRO**

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S)	: RODRIGO SOBROSA MEZZOMO
REQTE.(S)	: RODRIGO ROCHA BARBOSA
ADV.(A/S)	: RODRIGO SOBROSA MEZZOMO
REQDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DECISÃO:

1. Trata-se de pedido de tutela provisória, no âmbito de agravo interposto contra decisão denegatória de recurso extraordinário, no qual se discute a constitucionalidade da candidatura avulsa. Na origem, os recorrentes tiveram indeferido seu pedido de registro de candidatura autônoma à prefeitura do Rio de Janeiro. Os recursos para o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foram rejeitados, ao fundamento de que a filiação partidária constitui condição inafastável de elegibilidade.

2. No recurso extraordinário, interposto com fundamento no art. 102, III, *a*, da Constituição, alegaram violação aos arts. 1º, II, III e V; 4º, II; 5º, XX e §§ 1º e 2º; 14, §3º, CF/1988, e requereram: (i) o registro da sua candidatura para as eleições municipais de 2016; (ii) a anulação das eleições de 2016; e (iii) o reconhecimento do seu direito à candidatura avulsa em eleições futuras. O recurso foi inadmitido, ensejando a interposição de agravo em recurso extraordinário.

3. Em 05/10/2017, levei questão de ordem ao plenário, no âmbito do agravo em recurso extraordinário. Na ocasião, constatou-se que a discussão tivera origem no indeferimento de pedido de registro de candidatura para as eleições municipais de 2016 e que tais eleições já teriam ocorrido e se concluído. Por essa razão, a maioria entendeu que o caso concreto havia perdido seu objeto. A despeito disso, a repercussão geral da questão foi reconhecida, tendo em *vista o processo de objetivação do controle difuso da constitucionalidade*, bem como a possibilidade de

ARE 1054490 TPI / RJ

apreciação da repercussão geral até mesmo em caso de desistência recursal, nos termos do art. 998, CPC. Nesse sentido, confira-se a conclusão do acórdão:

“Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Plenário do Supremo Tribunal Federal, sob a presidência da Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamento, nos termos do voto do Relator, em resolver questão de ordem por ele suscitada no sentido de **superar-se a prejudicialidade do recurso**, vencidos, nesse ponto, os Ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowsk, Gilmar Mendes e Marco Aurélio, e, por unanimidade de votos, atribuir repercussão geral à questão constitucional constante dos autos. Ausente, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli.” (Grifou-se)

4. Em novas petições (n. 29965/2018 e n. 3351/2018), os requerentes postulam o deferimento de tutela provisória, para que, enquanto não for julgado o mérito da repercussão geral, sejam determinadas uma série de medidas relacionadas às eleições que ocorrerão no ano de 2018, tais quais: (i) o registro da sua candidatura, (ii) a reprogramação de softwares de urnas eletrônicas e computadores para adequá-los às candidaturas avulsas e (iii) a possibilidade de captação de financiamento coletivo (*crowdfunding* eleitoral), dentre outras.

5. Tal como explicitado, a maioria concluiu pela perda do objeto do recurso extraordinário dos recorrentes. De fato, o reexame dos autos permite constatar que o pedido de garantia da candidatura avulsa em futuras eleições foi deduzido apenas em recurso extraordinário. Trata-se, portanto, de pleito que não foi objeto de postulação nas vias ordinárias, de modo que seu exame pelo Supremo Tribunal Federal implicaria supressão de instância e violação do princípio do juiz natural.

6. Não bastasse o exposto e como se pode constatar dos debates da questão de ordem que teve por objeto o reconhecimento da repercussão geral nesse feito, os departamentos técnicos do Tribunal Superior Eleitoral teriam informado, em resposta à indagação da

ARE 1054490 TPI / RJ

presidência, que não é possível instalar a candidatura avulsa de forma imediata justamente porque o sistema eletrônico está baseado na ideia de eleições ligadas a partidos, de forma que o sistema precisaria ser adaptado para implementar a mudança (ARE 1.054.490 QO, p. 59). Esta foi a informação prestada pelo então Presidente do TSE, na sessão do dia 05-10-2017. Afirma-se, ainda, que eventuais ajustes, em tempo tão exíguo, poderiam **comprometer a segurança das eleições de 2018**.

7. **Entendo, portanto, que, além das circunstâncias já descritas acima, há um obstáculo relevante ao deferimento de cautelares em matéria de candidatura avulsa, o qual merece inclusive ser sinalizado à Justiça Eleitoral como um todo. Segundo as informações disponíveis no momento, há importante *periculum in mora inverso* que contraindica a providência, na medida em que autorizar a inserção de candidatura de imediato, sem uma reflexão aprofundada, pode comprometer a viabilidade e a segurança das eleições.**

8. Diante do exposto e tendo em vista a perda de objeto do caso concreto, indefiro todas as medidas postuladas a título de tutela provisória.

Brasília, 26 de junho de 2018.

Publique-se. Intime-se.

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO
Relator